

## DOSSIÊ: HISTÓRIA PÚBLICA

### Public History Historia Pública

A “Revista NUPEM”, em seu 23º número, abriu espaço para publicação do dossiê em História Pública (HP), um campo em franca expansão. Embora, na prática, já houvesse atividades e trabalhos considerados característicos dessa área, a expressão e a institucionalização da HP se deram na década de 1970, nos Estados Unidos. Respondendo a demandas por mercado de trabalho para historiadores e a anseios exógenos ao meio acadêmico por conhecimento histórico aplicado a necessidades específicas, a História Pública buscou internacionalizar-se nas décadas seguintes. Alvo de muitas críticas e acusações, sobretudo relacionadas à suposta mercantilização e instrumentalização da história, a HP resistiu e, com o tempo, conseguiu despertar o interesse de historiadores mundo afora e demonstrar que é possível produzir história para e com diversos públicos e finalidades sem perder de vista princípios científicos na construção do conhecimento histórico.

No Brasil, a institucionalização da História Pública é ainda mais recente. Entre os marcos desse processo estão o Curso de Introdução à História Pública, em 2011, e o 1º Simpósio Internacional de História Pública, em 2012, ambos ocorridos na Universidade de São Paulo. Ainda em 2012 foi criada a Rede Brasileira de História Pública, a qual congrega pesquisadores, de diferentes instituições, interessados em pesquisas, publicações e eventos relacionados ao campo. Para reforçar essas iniciativas, o número de dossiês em periódicos, coletâneas, traduções e livros específicos em HP têm aumentado consideravelmente.

Além disso, merece destaque especial o início, em 2019, do primeiro Mestrado em História Pública do Brasil, ofertado pela Universidade Estadual do Paraná. Com duas linhas de pesquisa, “saberes e linguagens” e “memórias e espaços de formação”, o referido Programa de Pós-Graduação tem como proposta realizar pesquisas que convirjam à “análise, compreensão e explicação de debates e fenômenos públicos que envolvem conhecimentos históricos”<sup>1</sup>. Sua primeira turma e o corpo docente, do qual temos o privilégio de integrar, principiaram as atividades com expectativa promissora.

Como se pode ver, a História Pública cresce. E o faz como resposta a demandas sociais, culturais, comunicacionais e políticas de um tempo que exige dos historiadores uma reflexão sobre sua prática e seu ofício. E talvez seja essa situação que nos leve à grande novidade da HP: o diálogo e a preocupação com novos públicos e parcerias. Por mais que esteja ancorada em uma ciência de origem – a história –, os historiadores públicos são movidos a novos saberes e linguagens, realizando, assim, uma interdisciplinaridade enriquecedora. Diferentemente do que escreveu Michel de Certeau em

<sup>1</sup> Para mais informações, consultar: <<http://ppghp.unespar.edu.br/o-programa/area-de-concentracao>>. Acesso em: 06 maio 2019.

relação à obra de valor em história (CERTEAU, 2000)<sup>2</sup>, os historiadores públicos não estão preocupados apenas com seus pares, mas com outros públicos, esforçando-se para transformar o produto de seu trabalho em algo significativo para novas audiências.

Foi dessa perspectiva que a Revista NUPEM recebeu artigos para compor o dossiê “História Pública”. Entre os selecionados, consta a tradução de um importante texto que apresenta um estado da arte: “A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional”, de Thomas Cauvin, atual presidente da Federação Internacional de História Pública que, gentilmente, nos cedeu o direito de publicá-lo. Seu *paper* realiza uma retomada histórica da emergência da HP nos EUA e as tentativas de internacionalização em países como França, Austrália e Inglaterra. As variedades de HP, no tempo e espaço, são, de sua perspectiva, resultado das especificidades acadêmicas e contextuais de cada ambiente onde ela foi e é praticada. E, com precisão, Cauvin concluiu: “o sucesso recente da História Pública internacional se dá graças a uma definição mais ampla da História Pública e a um contexto favorável”.

O segundo texto do dossiê também é um balanço do campo. Porém, de um ponto de vista brasileiro. O artigo “História Pública brasileira e internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos”, de Bruno Flavio Lontra Fagundes, articulou as discussões conceituais sobre a HP em âmbito internacional àquelas nacionais, buscando aproximações e distanciamentos. Na sequência, o texto “O patrimônio cultural e a História Pública: observações sobre os embates contemporâneos”, de Viviane Trindade Borges e Leticia Brandt Bauer, problematizam a patrimonialização por meio de casos nos quais os critérios usados para definir o que é ou não patrimônio estão associados a interesses determinados.

Em seguida, o leitor poderá conferir e testar o conceito “estética do brasileiro”, formulado por Andre de Lemos Freixo, no texto “Passados privados, ou privados do passado? Nostalgia, in-diferença e as comemorações do Sete de Setembro brasileiro”. Freixo analisa as imagens (em sentido amplo) que são acionadas em âmbito público para celebrar o dia da independência do Brasil, destacando a relação entre nostalgia, reiteração de valores e exclusões presentes na efeméride. Para finalizar os artigos que compuseram o dossiê, Éder Cristiano de Souza e Alba Beatriz Salinas Benites apresentam, em “‘Multiperspectividade’ e controvérsias no documentário ‘Guerra do Paraguai – a nossa grande guerra’”, um caso instigante de uso e abuso da história em um documentário, que expressa simplificações e evidentes “inclinações ideológicas”.

Os organizados do dossiê expressam seus profundos agradecimentos ao convite da “Revista NUPEM”, aos autores, à celeridade e comprometimento dos pareceristas, e, claro, aos leitores que agora nos prestigiam com a leitura desse número. Esperamos que as ideias aqui apresentadas estimulem tanto a pesquisa quanto a difusão de um campo de conhecimento que está em ascensão no Brasil e no exterior, a História Pública em suas diferentes nuances. Boa leitura!

---

<sup>2</sup> A frase de Certeau (2000, p. 71) é: “o que é uma ‘obra de valor’ em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares”.

**REFERÊNCIA**

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

**Ricardo Marques de Mello**

**Michel Kobelinski**